



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

Ao FFA pas

haverly
infente
14.9.79

Entrevista com a Adjunta do Gabinete
Maria José Costa Félix

Foram recebidos, no dia 11 de Setembro de 1979,
4 representantes do Secretariado das Comissões de Mora
dores de Bairros construídos quando da criação de um Pla
no de emergência de realojamento devido às cheias de 1967.

Falou, em nome de todos, João Ant3nio Martins da
Cruz. Trouxeram um dossier com todos os documentos.

Relataram o seguinte:

Quando das cheias de 1967, foi criado um Plano de
emergência de realojamento, que levou a Fundação Gulben
kian a conceder um subsídio, no valor de 100 mil contos,
para a construcção dos bairros.

Ao todo, são 11 bairros, distribuídos por vários
Concelhos.

Com a criação do Fundo de Fomento de Habitação,
os bairros foram integrados no seu patrim3nio, assumindo
este Organismo o compromisso moral de utilizar as rendas,
que viriam a ser pagas, apenas para a conservaç3o dos mes
mos.

Quando do realojamento, foram feitos inq3eritos
aos agregados familiares e sua situaç3o econ3mica, e fixa
das as rendas entre 100\$00 e 600\$00, sendo-lhes afirmado
que n3o seriam aumentadas.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-2-

O que aconteceu agora, 12 anos depois, e o que os levou a pedir-nos uma audiência, foi o seguinte:

Em Dez. de 1978, o F.F.H. enviou inquéritos aos moradores, informando-os de que as rendas iriam ser aumentadas segundo determinados critérios, os quais iam especificados em mapas anexos.

Isto colheu-os de surpresa e levou-os a constituírem-se em Comissões de Moradores, criando um Secretariado dessas Comissões.

Portanto: Fundação Cuidar o Futuro

Queixam-se de que o F.F.H. pretende aumentar as rendas, numa altura em que elas estão congeladas, e rendas de casas com a construção das quais o Estado não dispendeu dinheiro algum; além disso, rendas de casas onde moram pessoas, muitas das quais nem sequer conseguem pagar com facilidade as rendas antigas, e que, portanto, não poderão, de maneira nenhuma, pagar as aumentadas.

Queixam-se do facto desses aumentos serem fixados em função dos vencimentos ilíquidos, o que constitui uma maneira de encarar a situação de cada agregado familiar nada realista e, portanto, injusta.

Queixam-se do facto do F.F.H. se negar a considerar estas casas como propriedade resolúvel, quando o mesmo não acontece em relação a outras casas construídas com verbas suas e que, ao fim de 25 anos, são propriedade dos in



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-3-

quilinos.

Queixam-se do facto do Chefe de Divisão do Património do F.F.H., dr. Antônio Augusto Serralha Ferreira, ter afirmado, em entrevistas concedidas às Comissões de Moradores, coisas diferentes das afirmadas através de Ofícios emanados do F.F.H.

Não estão em desacordo com o aumento, mas consideram que cada caso tem de ser visto de per si, para que não sejam exigidas rendas inoportáveis para os vencimentos que os agregados familiares auferem.

Fundação Cuidar o Futuro

Já expuzeram o assunto às seguintes autoridades:

Secretário de Estado da Habitação e Obras Públicas do IV Governo Constitucional;
Presidente da Assembleia da República;
Provedor da Justiça;
Jornal "Diário Popular";
Câmara Municipal de Loures;
Director do Serviço de Projectos de Obras da Fundação Gulbenkian, Arq. Sotto Mayor.

Como são constituídos os Bairros:

650 famílias, num total de 5.000 pessoas, das quais uma grande parte vive apenas de pensões de sobrevivência e de reforma.

O que está a acontecer neste momento:

Os aumentos (que, em muitos dos casos, são da ore



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-4-

dem dos 300%) começaram a ser praticados já em Setembro, o que fez com que 95% dos moradores fossem depositar o correspondente às rendas antigas, na Caixa Geral de Depósitos (ou nos CTT - isto, em Odivelas, onde a Caixa G. de Depósitos se opoz a receber as ditas rendas). Aquela minoria que pagou as rendas já aumentadas, fê-lo por medo de ser posta na rua.

Os Moradores estão a preparar insistentemente uma Conferência, de Imprensa, a qual foi adiada, pelo facto de terem sido recebidos por um representante da Senhora Primeira Ministra.

Caso não lhes seja dada alguma resposta, dentro de um prazo que consideram razoável (o qual se situa pelos 15 dias - portanto, até ao fim deste mez de Setembro), avisarão que a dita Conferência de Imprensa irá para a frente e considerar-se-ão desligados de qualquer compromisso em termos de diálogo com o Gabinete da Primeira Ministra.

Considerações sobre o tom em que tudo foi dito:

Houve uma extrema correcção, sem haver uma atitude de exigência, mas apenas de alerta bastante veemente para uma situação que, de facto, também nos parece ser de injustiça e, portanto, dever ser corrigida.

Isso, porquê:

A renda que começou a ser exigida, a partir deste mez de Setembro, como consequência dos inquéritos enviados não terem sido respondidos (por uma não aceitação do critério que presidiu à sua elaboração, por parte dos morado



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



-5-

res) foi a chamada renda técnica - renda essa que é sempre estabelecida em função do custo de construção (Portaria que estabelece o preço do metro quadrado de construção no sector público), custo real de construção que, neste caso, foi nulo para o Estado, o que torna este argumento moralmente pouco aceitável.

Subir rendas, por causa de obras a serem feitas, é o argumento de todos os senhorios (o que vai levantar grandes problemas em relação ao sector privado, quanto à lei das rendas). Além disso, parece que o pegar no problema pela "actualização das rendas" é, neste caso, muito errado sob o ponto de vista moral. (O que não invalida que o F.F.H. - e o sector privado - tenha, um dia, de ver este problema das rendas equacionado).

De resto, as obras alegadas, parece que nunca, ou quase nunca, foram feitas, apesar de pedidas e de muito necessárias.

O passar as casas para o regime de propriedade resolúvel é economicamente bom para o F.F.H., visto evitar os custos de gestão do património (administração e obras de conservação), desde que fique salvaguardada a especulação posterior das habitações. (Será importante também averiguar a quem pertence o terreno, e que este pertença ao Município (com cedência do direito de superfície), assim como averiguar se todos os moradores preferem mesmo ficar com as casas e, em caso contrário, como será o agravamento das rendas - aquilo que se acrescentará em pequenas parcelas temporárias, em função das obras a realizar).